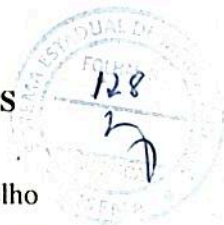


CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



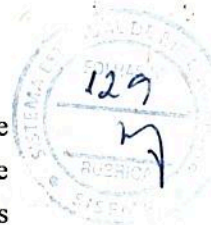
388 fazer diligência ou alguma coisa neste sentido, eles são separados e revistos durante a reunião, o
389 restante é votado em bloco e que gostaria que o conselheiro pegasse a ata com o secretário para
390 dar uma atualizada, pois como ficam muito na comissão temática e não participa muito da
391 plenária, que na verdade é quem dá a linha de trabalho das temáticas e não o contrário. O
392 conselheiro José Henrique – SEFAZ explica que independente disso, sem a votação não há que
393 se falar, pois mesmo que o processo seja feito por outra pessoa os conselheiros, para que
394 votem, tem de estudar e que quando argumentou o “jeton” a Adriana contra-argumentou com
395 esta fala de existência de alteração regimental, e pergunta se independente de eles terem de fazer
396 o relato, eles receberão o processo com o relato, com a manifestação e que após explicação da
397 Adriana – IEF de que os conselheiros não recebem o processo e sim o parecer que estarão
398 disponíveis no site, de todos os processos com antecedência, seguindo o mesmo rito que a CNR
399 segue, que o procedimento é o mesmo, inclusive que se os conselheiros tiverem interesse em
400 participar da CNR como ouvintes para verem como é esta dinâmica, porque com a revisão do
401 Decreto 44844/08, o IEF não terá mais a câmara de processos administrativos no Conselho de
402 Administração, todo este passivo vai para a CNR, é uma questão de tempo, pois a CNR já tem
403 uma dinâmica própria para este julgamento e que aqui no Conselho de Administração para os
404 conselheiros estudarem um assunto novo, acaba penalizando, pois não estão só por conta de
405 ficar julgando auto de infração, logo foi uma questão eu o IEF batalhou bastante para a revisão
406 do código de autuação do Estado para deixar na câmara competente que hoje já faz este
407 trabalho, buscar o passivo do IEF que é para laço. É só uma questão de tempo mesmo para o
408 decreto ser aprovado pela Casa Civil, mas até lá como temos de planejar durante o ano, estamos
409 deixando as atas de reunião, fizemos alteração de regimento, tudo de forma correta. Responde
410 também a pergunta do conselheiro José Henrique – SEFAZ de que se a segunda instância de
411 julgamento será extinta. Diz que não, ela será realizada em outra esfera, mas dentro do
412 Conselho de Administração esta câmara não mais existirá e que a câmara pode ser alterada seu
413 contexto para uma outra finalidade se entender e julgar que o conselho deverá trabalhar outras
414 temáticas, que temos muitos assuntos dentro do IEF que poderiam ser discutidos no Conselho
415 de Administração, entre eles criação de unidades de conservação, a própria dinâmica da
416 reposição florestal, da taxa; são várias questões que poderiam ser trazidas suas discussões no
417 conselho que acabam tomando o tempo com o passivo de uma série de autos de infração que
418 para estudar, a legislação é muito pesada e que concorda com o conselheiro plenamente. Kátia-
419 secretaria executiva do conselho, pontua que regimentalmente o pagamento de qualquer
420 gratificação é vetado. Que, pelo Regimento, que foi alterado 2 (duas) vezes no ano de 2012 e
421 em momento algum houve a autorização de pagamento de gratificação. O conselheiro José
422 Henrique manifesta que só para lembrar que, ainda que pese 50 processos julgados no ano
423 passado, o passivo já existia, que se houve omissão, não foi deste Conselho. Foi de tempos
424 pretéritos em deixar o acúmulo destes processos e que agora eles se deparam em uma situação
425 de que tem de julgar estes processos já existentes. Adriana – IEF corrige a fala do conselheiro
426 alegando que o conselho anterior julgava muitos processos, de fato, o que existe são muitos
427 autos de infração, a quantidade de auto de infração lavrada é muito grande, que mesmo que o
428 Conselho se reunisse toda semana para julgar auto de infração, toda semana teríamos um
429 passivo, pois o IEF tinha um convênio, antes da Lei Delegada com a Polícia de Meio Ambiente,
430 então, todo B.O. que era lavrado, resultava em um auto de infração administrativo que nem

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



431 sempre dá um processo criminal, então este volume não é significado de que o Conselho
432 passado não cumpriu com sua obrigação, julgava normalmente e temos um histórico. Julgava-se
433 normalmente, mas era um volume de 500, 600 processos e continuava uma quantidade muito
434 grande e por algum motivo que não sabe-se responder o Conselho de Administração do IEF
435 ficou por 2 anos parado e neste período, ficou este acúmulo, que podemos visualizar ser um
436 número grande e ele ficou estacionado. Diz que concorda plenamente, que pesa não só para o
437 conselheiro, mas para o IEF também, por isso estão tentando outras vias de tentar resolver de
438 uma forma mais célere, mais ágil. Henrique-SEAPA diz que na CNR os conselheiros não
439 recebem só o relatório final daquele recurso, que recebem o auto de infração, o primeiro
440 recurso, o primeiro relatório, o segundo recurso e o segundo relatório, aí sim a celeridade no
441 processo é muito grande, pois toda informação fica disponível no site do COPAM. Adriana –
442 IEF solicita à secretaria executiva que anote esta informação para que possamos seguir o mesmo
443 procedimento. Na sequência a presidente da seção passa ao item 7 – Assuntos Gerais, e indaga
444 se algum conselheiro tem alguma questão, solicitação ou colocação e o conselheiro Luís
445 Antônio – UFLA solicita a palavra, comentando a respeito da fala do conselheiro José
446 Henrique-SEFAZ sobre o detalhamento das contas e pontua que o objetivo do conselho, por ser
447 formado por profissionais de diversas áreas de atuação no estado de MG é analisar as contas e,
448 no meu caso, contribuir com as ações técnico-ambientais do IEF, por isso sentiu falta no
449 momento de maior detalhamento, como por exemplo onde estão sendo gastos os recursos?
450 Quais as ações estão sendo tomadas? Onde? Quais os valores? Quais as empresas contratadas?.
451 Adriana – IEF coloca que os conselheiros podem consultar o site do IEF, pois nestes todos os
452 convênios estão especificados, só para ter noção, não no nível do detalhamento que o
453 conselheiro José Henrique fez, mas se quiser acompanhar quais os convênios o IEF tem feito,
454 solicitar inclusive cópias dos mesmos, prestação de contas e atividades que estão trabalhando e
455 que, praticamente com o recurso que temos hoje, o estado está bem alinhado a SEFAZ, a
456 SEPLAG, SEAPA, temos os projetos estruturadores, os gastos são com estes projetos, que
457 inclusive é o que o IEF tem aprovado na LOA, não se pode inventar e gastar com algo que não
458 esteja citado lá, que o IEF faz uma programação é aprovado na LOA mas nada impede que os
459 conselheiros solicitem um detalhamento e que o que o conselheiro solicitar será apresentado
460 sem problema algum. O conselheiro Luís Antônio –UFLA pergunta à diretoria do IEF se tem
461 como levar ao conselho uma previsão de orçamento – por exemplo: receitas –em 2012– 145
462 milhões e despesas de 91 milhões, vai haver um superávit – e como que eles poderão ser gastos
463 em 2013 ou para qual conta ele vai? Que não sendo da área orçamentária, gostaria de saber, se
464 realmente será aplicado em meio ambiente. Adriana – IEF explica que nem todo dinheiro que é
465 arrecadado é gasto, pois tem de ser aprovado pela SEPLAG e SEFAZ, tem aprovações de cotas,
466 que o IEF realiza um planejamento, que vai para a ALMG e será analisado e aprovado, que na
467 verdade a gente tem uma cota máxima que podemos utilizar, que não é também todo o dinheiro
468 que arrecadou no ano. Então, por exemplo, o recurso da compensação, da reposição tem que
469 fazer os projetos. No caso da compensação ele é todo destinado através de um POA que é
470 aprovado pela CPB, que é uma outra câmara, o outro é o recurso da reposição que é aprovado
471 em um outro POA na CAP, que apesar de ser consultiva, não é deliberativa, mas como é do
472 setor, compartilham com o setor aquilo que está se gastando com atividades relacionadas a eles,
473 mas são aprovados na CNR. O Instituto Estadual de Florestas trabalha com contas que são

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



474 chamadas de contas vinculadas, então elas tem estabelecido em lei que podem ser utilizadas, e
475 por isso a dificuldade de se gastar com outras coisas, porque ela é vinculada, temos as três que
476 são a da pesca, da reposição e da compensação, todas elas na fonte 61, que são as maiores fontes
477 que aumentaram a arrecadação e diminuiu o gasto, exatamente porque o fato de estarmos
478 aumentando arrecadação não significa que temos aquele dinheiro para gastar com tudo não. Ele
479 é gasto diante da Lei das unidades de conservação, da compensação ambiental, da reposição que
480 tem um Decreto específico, da Lei da Pesca que tem uma Lei específica, então, nem sempre a
481 gente tem atividades disponíveis naquelas áreas para estarmos gastando aquele recurso, então
482 ele fica ali como um valor que está sem gastar realmente, pois não consegue gastar tudo que a
483 gente ganha porque tem estes vínculos. Adriana coloca o IEF à disposição para quaisquer
484 solicitações e o que achar necessário, que entendeu bem a dinâmica, que se os conselheiros
485 quiserem ela pode pautar em cada reunião uma diretoria específica, porque os recursos estão
486 ligados a diretorias, tem a DIAP que gere as contas vinculadas a compensação, a DDCF que
487 gere as taxas vinculadas à taxa e reposição e a DPBIO vinculadas à pesca e biodiversidade, que
488 na verdade a gente roda dentro de um contexto ali de acordo com a Lei Delegada. O conselheiro
489 Luís Antônio – UFLA diz que um segundo ponto que ele gostaria de ressaltar é sobre o
490 mapeamento florestal de Minas Gerais, o último mapeamento é de 2009, logo após isso o estado
491 adquiriu imagens no valor muito alto, que não lembra qual, imagens com resolução espacial
492 muito melhor que o último mapeamento de 2009, que a resolução era de 30 metros e as imagens
493 adquiridas recentemente são de 5 metros e até então não foi feito nenhum mapeamento, nenhum
494 acompanhamento, nenhum monitoramento de desmatamento no Estado e quem fazia este
495 trabalho era uma equipe da UFLA, mas não necessariamente poderá ser a UFLA, mas é um
496 trabalho que precisa ser retomado aqui para o estado de Minas Gerais. Adriana – IEF esclarece
497 que este trabalho está sendo realizado, através de imagens pelo setor da GEMOG sob a
498 coordenação de Manno. Foram juntadas todas as áreas de GEO da FEAM, IGAM SEMAD e
499 IEF e formou uma única. Então, para subsidiar regularização nos processos de desmates,
500 fiscalização nos processos de fiscalização e o IEF nos projetos estruturadores. Temos um projeto
501 estruturador que é bastante robusto que é a criação de 50 mil hectares de corredor ecológico no
502 estado de Minas, para isso precisava de fato ter boas imagens para poder analisar a cobertura e
503 ver onde estes corredores poderiam passar sem criar um impacto muito grande no setor de
504 agricultura, de desenvolvimento, mas também preservando o que se tem nos locais. Faz-se este
505 trabalho interno e a questão da atualização não compete diretamente ao IEF, pois está dentro de
506 uma diretoria chamada DIPZON que foi criada dentro da regularização ambiental vinculada ao
507 IEF, aquela atualização do inventário florestal de Minas, ele está ligado à SEMAD assim como
508 o zoneamento ecológico e econômico, o inventário está dentro deste contexto, assim como o
509 CAR que está saindo agora também, ele foi assinado através da SEMAD, vai utilizar o CAR,
510 que foi assinado há algumas semanas, está a nota nos sites, que envolve uma enorme logística
511 para poder atender, porque não é essa facilidade toda que se parece. A conselheira Maria
512 Honorina – IEF, diz que se vê estas contas altas do IEF, imagina-se que o órgão está com muito
513 dinheiro em caixa. E o funcionário que vive o dia-a-dia da instituição escuta o tempo todo que
514 não tem orçamento para quase nada, pelo menos no campo, porque quando vê o IEF no todo,
515 tem de olhar o estado todo. Às vezes até para diária de viagem não tem orçamento, como não
516 tem orçamento dentro do SISEMA para fazer equiparação de diária conforme o Decreto de

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**



517 diária, que hoje dentro do SISEMA não se paga a diária de maior valor do servidor que viaja
518 junto a outro para fazer uma fiscalização ou fazer uma mesma atividade, porque não tem
519 orçamento. E aí olha-se estes valores e se pergunta onde está o dinheiro e porque que não tem o
520 recurso para fazer o mínimo que é comprar o material que está faltando. Comprar um tonner
521 para a unidade de conservação que está faltando. Não temos mais facilidade de fazer isso como
522 fazíamos um ano, dois anos atrás. Tem que ter autorização, tem de estar no planejamento e então
523 o servidor fica sem trabalhar, sem fazer a atividade do dia-a-dia porque não tem material. Isso é
524 só para os conselheiros terem noção, porque neste está representado o Estado, a Fazenda, a
525 SEPLAG. A servidora alega que não foi contemplada com o prêmio de produtividade, ficou fora
526 da folha e até a presente data não recebeu a resposta do porque não recebeu o prêmio. Que em
527 2011 trabalhou o ano todo, respondendo pela Gerência administrativa de um Regional,
528 trabalhando 8 horas por dia, pois seu cargo é técnico ambiental, de 6 horas / dia, sem receber
529 nada por isso e não foi premiada e não falaram o porquê e está esperando pelo seu prêmio. A
530 presidente Adriana pergunta se há mais algum assunto geral, se pode dar por encerrada a
531 reunião. Sem nenhuma manifestação e terminados os assuntos do dia a Presidente da sessão
532 Adriana Francisca da Silva encerrou a sessão da qual foi lavrada a presente ata:

533
534
535
536

Adriana Francisca da Silva
Vice Diretora Geral Diretor Geral

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE
FLORESTAS

ATA DA 212ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



1 Aos vinte e nove dias do mês de agosto de 2013, ocorreu a 26ª Reunião
2 Ordinária da Câmara Técnica Especializada de Análise de Recursos
3 Administrativos do Conselho de Administração do Instituto Estadual de
4 Florestas, às 14:30hs, na Rua Espírito Santo, 495, Centro, Belo
5 Horizonte/MG. Contou com a presença dos seguintes membros : Bertholdino
6 Apolonio Teixeira Junior-Secretário Executivo IEF, Edmundo Abi Ackel –
7 conselheiro suplente – SECTES, Amaury Paulo de Souza – conselheiro
8 suplente – UFV, Igor Alexis de Souza Noronha -conselheiro titular - CRBio
9 4, Henrique Augusto Reis – conselheiro suplente – SEAPA e José Henrique
10 Rodrigues Righi – conselheiro suplente – SEFAZ. Constatado o quórum
11 regulamentar o Excelentíssimo Diretor Geral do IEF Bertholdino Apolonio
12 Teixeira Junior, substituindo o Excelentíssimo Presidente Dr. Adriano
13 Magalhaes Chaves ministrou sobre os seguintes itens de pauta: 1. Abertura
14 pelo Diretor Geral do IEF Bertholdino Apolonio Teixeira Junior. 2. Exame
15 da ata da 24ª Reunião da CRA de 02/12/2012, aprovada por unanimidade. 3.
16 Exame dos processos administrativos com multas lavradas por infração à
17 Lei florestal (leis: 10.561/91, 14.309/02 e decretos 44.309/06 e 44.844/08). Os
18 processos sem manifestações e destaques foram aprovados por
19 unanimidade. Processo 3.1 - Alencar Lopes Filho, P.A. nº: 02000012351/05; A.I
20 nº 057041-1 A, cancelado, sem vista e sem destaque; 3.2 - Calsete Siderurgia
21 Ltda; P.A. nº 0100009375/05 A.I nº 015182-7 A, manifestação do empreendedor.
22 Parecer rejeitado. 3.3 - Carlos Alberto Fernandes Jorge; P.A. nº14002105/05; A.I
23 nº 095080-7 A, sem manifestação e destaque. 3.4 - Cia. Siderurgica Pitangui; P.A.
24 nº 01000011194/04; A.I nº077946-3 A, manifestação do empreendedor. Parecer
25 aprovado.
26 3.5 - Cia. Siderurgica Pitangui; P.A. nº 010000010549/06; A.I nº 108036-2,
27 manifestação. Parecer aprovado com um voto contrário.
28 3.6 - Damiao Jose Da Silva; P.A. nº 09000002413/06; A.I nº 087088-7 A, sem
29 manifestação e destaque. 3.7 - Divino Alves Vilarinho; P.A. nº 06020000343/06; A.I
30 nº 159262-4 A, vistas da SEAPA. 3.8 - Edgar Alves Macedo; P.A. nº
31 12000000846/05; A.I nº 062945-6 A, vistas SEAPA. 3.9 - Efigenio Osmario Viana;
32 P.A. nº05000000814/05; A.I nº 072434-5 A, vistas SEAPA. 3.10 - Espolio De Artur
33 Carvalho De Faria; P.A. nº 10000000805/06; A.I nº 032821-2 A, vistas SEAPA.
34 3.11 - Fernando Nazare De Faria; P.A. nº 09020000415/06; A.I nº 090236-7 A,
35 destaque SEAPA. 3.12 - Geny Sette Bicalho Martins; P.A. nº 0500007440/05; A.I nº
36 127679-2 A, destaque SEAPA. 3.13 - Helenio Eneas Chaves Coutinho; P.A. nº
37 1307000042/04; A.I nº 078534-1 A, vistas SEAPA. 3.14 - Humberto Oliveira
38 Coelho; P.A. nº 13000000845/03; A.I nº 036702-0 A, vistas SEAPA.
39 3.15 - Jacinto Braz Da Silva; P.A. nº05000005512/04; A.I nº 043444-5 A, vistas
40 SEAPA. 3.16 - Joanico Deusdedit Moreira; P.A. nº 05000005511/04; A.I nº 043252-4
41 A, vistas SEAPA. 3.17 - Joao Eduardo Rei Da Silva; P.A. nº 0500000018307/03; A.I
42 nº042593-3 A, sem manifestação e destaque. 3.18 - Joao Teixeira Bettio; P.A. nº
43 05000001814/05; A.I nº 072387-8 A, destaque SEAPA. 3.19 - Jose Faustino De
44 Rezende; P.A. nº 09020000698/06; A.I nº 110743-1 A, sem manifestação e destaque.
45 3.20 - Sbl Industria E Comercio Ltda; P.A. nº.010000006820/06; A.I nº 107735-1, A,
46 sem manifestação e destaque. 3.21 - Sbl Industria E Comercio Ltda; P.A.
47 nº.010000006848/06; A.I nº 106573-6 A, sem manifestação e destaque. 3.22 - Sbl